

Perfis e trajetórias dos professores universitários de História no Rio de Janeiro

*Marieta de Moraes Ferreira**

Este artigo tem como objetivo analisar a trajetória dos professores que atuaram na implantação dos primeiros cursos universitários de História no Rio de Janeiro. Isto significa investigar a criação do curso de História na Universidade do Distrito Federal (UDF) e na Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi) da Universidade do Brasil. A proposta é pesquisar principalmente três momentos: os projetos iniciais elaborados na criação da UDF, em 1935; sua extinção, em 1939; e a estruturação e consolidação do novo curso da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi) da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A idéia básica é a de estudar as trajetórias das primeiras gerações de profissionais de história e geografia num momento de institucionalização deste campo profissional. Através do perfil de seus membros é possível acompanhar a formação, as maneiras de recrutamento, suas relações com outros segmentos da sociedade e instituições, as mudanças, os conflitos e as disputas no campo da constituição da história como ensino universitário. A estratégia de trabalho adotada é o estudo das biografias coletivas dos professores de história da UDF e de história e geografia da FNFI, já que a partir de 1939 as duas formações passaram a estar juntas no novo curso.

O estudo da criação das universidades no Brasil por si só, reveste-se de grande importância para a compreensão dos desafios que se colocam para nosso país na atualidade. A UDF, e posteriormente, a FNFi se constituíram em um padrão para as demais Faculdades de Filosofia nas décadas de 1930 e 1940 o que faz da análise de suas trajetórias uma contribuição importante para a história da educação no Brasil.

Este trabalho pretende contribuir para uma melhor compreensão das relações entre ensino e pesquisa, bem como da constituição e especificidade dos cursos na universidade. No terreno particular da História, nosso enfoque insere-se também numa perspectiva de discussão historiográfica preocupado com concepções de história e embates políticos entre universos ideológicos antagônicos.

Em 4 de abril de 1935 foi criada a Universidade do Distrito Federal. Pelo exame dos seus estatutos, percebe-se que a UDF era uma universidade bastante original, tanto pelos cursos que oferecia, quanto pela maneira como propunha o desenvolvimento da sociedade através da educação.

* Professora do Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisadora do CPDOC/FGV.

Construída segundo esse modelo, a UDF ia de encontro aos estatutos das universidades brasileiras de 1931, que subordinavam as universidades ao Ministério da Educação e ao governo federal. Seu decreto de criação contrariava a orientação oficial, pois definia estatutariamente a UDF como vinculada ao poder municipal da cidade do Rio de Janeiro.

O objetivo principal da nova universidade era encorajar a pesquisa científica, literária e artística “propagar as aquisições da ciência e das artes através do ensino regular de suas escolas e dos cursos populares”. A UDF não pretendia somente produzir profissionais, mas sim formar “quadros intelectuais” para o Brasil.

A análise da proposta da UDF nos indica de imediato a existência de um curso de História separado do de Geografia e um peso praticamente inexpressivo para o estudo desta disciplina. Pode-se perceber também uma grande importância dos cursos voltados para a área pedagógica o que demonstra a orientação de privilegiar a formação de professores, essa abordagem, no entanto não eliminava a preocupação com a pesquisa como um elemento importante para a formação dos futuros mestres.

O projeto da UDF encontrou fortes resistências, não obstante seus dirigentes procurassem superar os obstáculos e garantir a consolidação da instituição. Mas, conforme já dito, a existência da Universidade contrariava o projeto defendido pelo governo federal, que em 5 de julho de 1937, sancionou a lei nº 452, estabelecendo a Universidade do Brasil, projeto defendido pelo ministro Gustavo Capanema. Esta instituição dava continuidade à antiga Universidade do Rio de Janeiro, criada na década de 1920 como uma reunião das escolas superiores existentes na cidade. O projeto do novo organismo visava a consolidação de uma universidade padrão para as outras que viessem a se constituir. Assim, a instalação do Estado Novo em 1937 criou as condições para a eliminação da UDF e a integração de seus quadros à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Brasil em 1939.

Outro momento se iniciava no processo de institucionalização do ensino superior de história. Um novo modelo de graduação estava se conformando naqueles anos e passaria a ter uma forte influência em todo o país. Diferentemente da proposta anterior, reuniam-se as formações de história e geografia num único curso que enfatizava a preparação dos professores secundários voltada essencialmente para o ensino sem um comprometimento maior com o desenvolvimento da pesquisa.

Apesar de se configurar como uma experiência inovadora, a UDF durou apenas quatro anos. Os seus quadros foram incorporados formalmente à Universidade do Brasil pelo

Decreto-lei n. 1063, de 20 de janeiro de 1939. Em 4 de abril de 1939, o Decreto-lei 1190, instituiu a Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi), tendo por finalidades:

- “a) preparar trabalhadores intelectuais para o exercício das altas atividades culturais de ordem desinteressada ou técnica;
- b) preparar candidatos ao magistério do ensino secundário e normal;
- c) realizar pesquisas nos vários domínios da cultura, que constituíam objeto de seu ensino”.¹

O mesmo decreto de criação estabelecia ainda a organização da Faculdade Nacional de Filosofia em quatro seções fundamentais: Seção de Filosofia, Seção de Ciências, Seção de Letras e Seção de Pedagogia. Haveria, ainda, uma seção especial de didática.² A Seção de Ciências compreendia, além de outros cursos, o de História e Geografia. O curso reunindo as duas formações só seria novamente desmembrado a partir de 1955.

Transformações importantes estavam ocorrendo e os professores precisavam buscar formas de inserção nesta nova conjuntura. Tendo por função legal a formação de professores e constituída como um padrão para as demais Faculdades de Filosofia nas décadas de 1930 e 1940, a FNFfi formou gerações em diversos campos de conhecimento e constituiu marco relevante da evolução cultural, científica e tecnológica do país.

Passaram pela instituição desde a sua fundação em 1939 até sua extinção, professores brasileiros e estrangeiros, que contribuíram para a institucionalização de seus respectivos campos de conhecimento no Brasil. Em fins da década de 1960, a Faculdade foi desmembrada em diversas escolas e institutos, que hoje fazem parte dos quadros da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

As primeiras gerações de profissionais de história:

Uma análise rápida do perfil dos professores da UDF e da FNFfi nos permite detectar algumas diferenças significativas entre os dois grupos. As possibilidades abertas com a organização e leitura dos quadros das biografias coletivas dos professores nos levam a fazer uma distinção institucional entre os profissionais da primeira experiência na UDF e no momento seguinte, na FNFfi. Ainda que tenha sido mencionado que a FNFfi absorveria alunos e professores da UDF, houve uma renovação expressiva dos professores no novo curso (ver anexos). Os professores brasileiros que atuaram na UDF foram: Afonso Arinos de Mello

¹ “DECRETO-LEI N. 1190 – DE 4 DE ABRIL DE 1939. Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1939. Volume IV. Atos do Poder Executivo. Decretos-Leis (abril a junho). Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1939. p. 50-66.

² Idem.

Franco, Artur Ramos, Carlos Miguel Delgado de Carvalho, Gilberto Freyre, Isnard Dantas Barreto, Jayme Coelho, João Batista de Melo e Sousa, José Maria Bello, Luiz Camillo de Oliveira Neto. Como assistentes podem ser listados: Sérgio Buarque de Holanda, Josué de Castro, Victor Leuzinger.

Affonso Arinos de Mello Franco (1905-1990) nasceu em Belo Horizonte de uma tradicional família de políticos mineiros. Fez os estudos secundários no Colégio Pedro II no Rio de Janeiro e, em 1927, bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Era colaborador de vários jornais e dedicou-se aos estudos de História do Brasil. Em 1935, foi convidado para ser titular da cadeira de História da Civilização Brasileira. Escreveu na ocasião a obra *Conceito de Civilização Brasileira, Síntese da História Econômica no Brasil*. Indicou para seu assistente Luiz Camillo. Em 1937, deixou a instituição.

Artur Ramos de Araújo Pereira (1903-1949) nasceu em Pilar, estado do Alagoas. Filho de médico, deu seguimento à profissão do pai: foi um médico psiquiatra, psicólogo social, indigenista, etnólogo, folclorista e antropólogo brasileiro. Em 1934, publicou a obra “O Negro Brasileiro”. Na UDF; assumiu a cátedra de Psicologia Social, vindo a ser consagrado como o pai da Antropologia Brasileira. Na FNFI, foi nomeado catedrático interino de Antropologia e Etnografia (1941-1949). Teve como sua principal assistente, Marina São Paulo.

Gilberto Freyre (1900-1987) nasceu em Recife, Pernambuco. Filho de uma tradicional família, seu pai ocupou vários cargos públicos como juiz, professor da Faculdade de Direito de Recife. Fez seus estudos secundários no Colégio Americano *Gilreath*. Em 1917, concluiu o curso de Bacharel em Ciências e Letras do mesmo colégio *Gilreath*. Em 1920 seguiu para Nova Iorque, onde cursa Ciências Sociais na Universidade de Colúmbia. Na década de 1920, ocupou cargos políticos e atuou como professor convidado em algumas universidades americanas. Inicia suas atividades docentes em Recife e, em 1935, é convidado para se ocupar da cadeira Antropologia Social e Cultural da América Latina na UDF.

Isnard Dantas Barreto foi professor de História Média e Moderna.

Jayme Coelho (1887-?) foi professor do Colégio Pedro II, formado em Direito. Exerceu atividades jornalísticas. Ingressou na UDF em 1936, onde lecionou História da Antigüidade.

João Batista de Melo e Sousa (1888-1969) nasceu em Queluz, estado de São Paulo. Filho de professora, fez seus estudos secundários no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Formou-se em Direito pela Faculdade do Rio de Janeiro, em 1910. Na década de 1920, ocupou cargos políticos. Foi professor de “História da Civilização na América”.

José Maria Bello (1886-1959). Nasceu em Barreiros, Pernambuco. Formou-se em Direito pela Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Exerceu vários cargos políticos. Em 1936, ingressa na UDF, onde ministra o curso de “História Geral da Civilização” para a graduação de Geografia.

Luiz Camillo de Oliveira Neto (1904-1953) nasceu em Itabira, Minas Gerais. Filho de família tradicional, seu pai era funcionário e jornalista. Formou-se em Química Industrial pela Escola de Engenharia de Belo Horizonte. Na década de 1930, transferiu-se para o Rio de Janeiro e ocupou diferentes funções na área pública como a direção da Casa de Rui Barbosa e da Biblioteca Nacional. Em 1936, indicado por Afonso Arinos, ingressou na UDF, vindo posteriormente a ocupar a cadeira de “História da Civilização Brasileira”. Nos últimos momentos da UDF foi vice-reitor e reitor da Universidade. Convidado para integrar a cátedra de “História do Brasil” na FNFI, rejeitou o convite em protesto ao fechamento da UDF.

Na Faculdade Nacional de Filosofia os professores catedráticos brasileiros que exerceram papel fundamental na consolidação do curso foram: Artur Ramos, Carlos Delgado de Carvalho, Eremildo Viana, Hélio Viana, Hilgard Stemberg, Josué de Castro, Sílvio Julio, Victor Leuzinger. Como assistentes podem se listados: Antero Manhães, Eulália Lobo, Luci de Abreu, Maria Luiza Fernandes, Marina São Paulo, Maria Terezinha Segadas Soares, Maria Yeda Linhares, Francisco Falcon.

Carlos Miguel Delgado de Carvalho (1884-1980) nasceu na Legação do Brasil na França. Era de uma tradicional família, filho de diplomata. Bacharelou-se em Letras pelo Colégio São Tomás de Aquino de Lyon; em Direito pela Universidade de Lausanne; em Diplomática pela *École des Sciences Politiques* e em Economia pela Escola Econômica de Londres. Lecionou em colégios franceses e ingleses. Veio ao Brasil pela primeira vez em 1906 quando decidiu estabelecer-se no país. Em 1920, entrou no Colégio Pedro II como professor de inglês, chegando, na década de 1930, à vice-diretoria do Externato do Colégio. Em 1935, entrou na UDF como professor das cadeiras “Sociologia Educacional” e “Geografia Humana” e, em 1936, passou à cadeira de “História Contemporânea”.

Eremildo Luís Viana (1913-?) nasceu no Rio de Janeiro. Concluiu seus estudos no Colégio Pedro II, onde recebeu o título de Bacharel em Ciências e Letras em 1932. Em 1933, entrou para a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro e em 1935 entrou para o curso de História da UDF. Formou-se em Direito, mas não concluiu o curso de História saindo em 1937, pois desde o ano anterior já dava aulas no Colégio Pedro II. Entrou para a FNFI em 1939 como assistente da cadeira de “História da Antigüidade e da Idade Média” e a partir de

1944 assumiu a cadeira interinamente. Prestou concurso em 1946 e pôde assumir a cátedra em caráter efetivo.

Marina de São Paulo Vasconcellos (1912-1973) nasceu no Rio de Janeiro. Seu pai era médico. Marina estudou no tradicional Colégio Jacobina e, aos 20 anos, ingressou na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. Bacharel em Direito, retornou à vida universitária para estudar História em 1936. Aprovada no exame vestibular fez parte de uma das primeiras turmas da UDF. Foi aluna de Artur Ramos, com quem estabeleceu forte ligação. Com a transferência dos quadros da UDF para a Faculdade Nacional de Filosofia, Marina, como aluna, também foi transferida para a nova instituição, onde se formou em História e Geografia. Em janeiro de 1940, Marina de Vasconcellos tornou-se a substituta de Artur Ramos na cadeira de “Antropologia e Etnografia” da FNFi, pois o titular fora convidado a lecionar na *Louisiana State University* e no *College Of Arts and Sciences*. Em 1949 Marina foi efetivada nas cadeiras de “Antropologia” e “Etnografia”, após concurso.

Josué Apolônio de Castro (1908-1973) nasceu em Recife, Pernambuco. Fez curso secundário na cidade de origem e, em 1929, ingressou na Faculdade Nacional de Medicina, no Rio de Janeiro. Em 1932 torna-se livre-docente em Fisiologia da Faculdade de Medicina do Recife. Em 1935, indicado por Roquette Pinto, volta ao Rio de Janeiro para lecionar “Antropologia Física” na UDF. Permanece na cadeira até o ano de 1938, quando a disciplina foi suprimida dos currículos da Universidade. Em 1938 é transferido para a cadeira de Geografia, na qual permanece na condição de professor adjunto, até o fechamento da UDF. Na FNFi, passa a lecionar a cadeira de “Geografia Humana”, de 1940 até 1955.

Eulália Maria Lahmeyer Lobo (1924) nasceu no Rio de Janeiro. Estudou no Colégio Jacobina e graduou-se em História e Geografia pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil no ano de 1944. Na Faculdade, foi auxiliar de ensino da cadeira de “História da América”, assumindo a regência da cadeira em 1958, após defender tese de livre-docência. Permaneceu na cadeira até o ano de 1968, quando foi aposentada compulsoriamente.

Maria Yedda Leite Linhares (1921) nasceu em Fortaleza, Ceará. Estudou no Instituto Lafayette e concluiu o secundário no Colégio São Paulo. Entrou para a FNFi como aluna em 1939, transferida da UDF. Interrompeu o curso para passar dois anos estudando nos Estados Unidos. Essa experiência foi decisiva para sua formação e, ao voltar ao Brasil, em 1944, concluiu o curso de “História e Geografia na Faculdade Nacional de Filosofia” e foi admitida como assistente da cadeira de História Moderna e Contemporânea na mesma instituição. Em

1955 é nomeada catedrática interina e, em 1957, após concurso, assume efetivamente a cátedra.

Um primeiro ponto que deve ser lembrado é que na UDF os cursos de História e Geografia eram separados e o peso desta última para os historiadores era pouco expressivo. Assim, no primeiro curso de História, a importância dos geógrafos era muito pequena. Feita essa diferenciação, passaremos à análise das origens familiares e regionais dos professores, da sua formação educacional, do sistema de recrutamento e das suas redes de relações.

A pesquisa dos nomes dos professores indica a diversidade de origens regionais e a presença de professores vindos de diferentes estados da região Nordeste (Artur Ramos, Gilberto Freyre, José Maria Bello, Josué de Castro, Sílvio Júlio e Maria Yedda Leite Linhares), de Minas Gerais (Luiz Camillo de Oliveira, Hélio Vianna e Afonso Arinos) e do Rio de Janeiro (Eremildo Viana, Eulália Lobo, Hilgard Steinberg, Marina São Paulo, Vitor Leuzinger).

A partir desses dados preliminares pode-se perceber também expressiva participação de pessoas oriundas do nordeste. Quanto às origens familiares é notório o número de professores provenientes de famílias de profissões liberais e funcionários públicos e em alguns casos descendentes de membros de elites econômicas em declínio.

Um segundo item importante para a nossa investigação é a formação educacional. Os estudos secundários para a maioria dos professores que dispomos de dados foram efetivados em escolas públicas, tais como os casos de Afonso Arinos Eremildo Viana, Artur Ramos, Hélio Vianna, Maria Yedda Linhares, Luís Camillo, Isnard Dantas Barreto, Fernando Raja Gabaglia. Quanto à formação universitária, há um predomínio marcante de professores formados em Direito, sobretudo a primeira geração, nascida entre 1890 e 1910, como foram os casos de Delgado de Carvalho, Sílvio Júlio, Jayme Coelho. Já os nascidos um pouco mais tarde (depois de 1915) passaram a ter uma dupla formação: Direito e História, como Marina de São Paulo, Eremildo Viana e Hélio Vianna. (ver anexos).

Na geração nascida depois de 1920, detecta-se a presença de uma formação específica em História e Geografia, como os casos de Maria Yedda Linhares, Eulália Lobo, Hilgard Steinberg e Maria do Carmo Galvão. Pode-se detectar também a presença pequena de médicos e engenheiros, como Artur Ramos, Josué de Castro, Vitor Leuzinger e Fernando Raja Gabaglia.

Um terceiro ponto importante para análise são as redes de sociabilidade dos professores que permitiram a ocupação das cadeiras. O sistema de recrutamento de professores, tanto na UDF como na FNFi, baseava-se nas redes de relações que os candidatos

possuíam e não na seleção através de concursos públicos. No caso da UDF fica clara a importância de laços com os educadores da Associação Brasileira de Educação, liderada por Anísio Teixeira, como um elemento para garantir o acesso àquela universidade. Percebe-se também a presença marcante de nomes já com expressão intelectual e política na esfera nacional, como Afonso Arinos, Gilberto Freyre, Artur Ramos, bem como de um núcleo de professores oriundos do colégio Pedro II, como Delgado de Carvalho, Jaime Coelho, Fernando Raja Gabaglia, Isnard Dantas Barreto, Eremildo Viana. Essa vinculação com o Colégio Pedro II funcionava como um passaporte de prestígio para garantir o acesso à universidade recém-criada.

A presença dos professores atuantes na UDF como Luís Camilo, Josué de Castro, Vitor Leuzinger também nos permite perceber o papel dos laços de amizade para entender os mecanismos de seleção. Luís Camillo é trazido pelas mãos de Afonso Arinos. Eremildo e Sérgio Buarque são indicados por Eugène Albertini e Henri Hauser respectivamente. Josué de Castro e Victor Leuzinger eram indicações do geógrafo francês Deffontaines.

A FNFi não alterou esse estado de coisas: o processo de recrutamento manteve-se apoiado nas redes de relações. O fechamento da UDF promoveu a transferência de alguns professores para integrar os quadros do novo curso, enquanto outros se afastaram por vontade própria ou foram excluídos. Os critérios adotados para o preenchimento dos postos vagos, foram diversificados. Nalguns casos, antigos assistentes foram alçados à condição de catedráticos interinos, como Vitor Leuzinger³; outros permaneceram na mesma condição, fossem assistentes ou titulares.⁴ Artur Ramos manteve a cátedra de “Antropologia”, mas Delgado de Carvalho foi preterido para ocupar a cadeira de “Sociologia”, conquistando a de “Geografia do Brasil”.⁵ Além desses professores, novos nomes foram incorporados, como Sílvio Júlio, catedrático de “História da América” e Hélio Vianna, catedrático interino de “História do Brasil”.

Nesta nova realidade pode-se perceber que a rede de relações sustentada pelos educadores da Escola Nova e do Pedro II foi sendo progressivamente esvaziada. Delgado de Carvalho, figura de destaque, ligado a Anísio Teixeira e ao Colégio Pedro II, permaneceu numa posição secundária.

³ Josué de Castro pediu ao Ministro por carta a cadeira de Antropologia e Etnografia, disciplina na qual se especializava no exterior. Ver Arquivo Gustavo GC g 1936.01.18 (Pasta III)

⁴ No arquivo Capanema temos carta de 17 de abril de 1939, de Leitão da Cunha a Gustavo Capanema, enviando relação de professores que poderiam lecionar na FNFi. (GC 1936.01.18, Pasta III, doc. 11)

⁵ “Geographia do Brasil – Delgado de Carvalho. Escreveu carta ao Sr. Presidente, pedindo a cadeira de sociologia. Mas concorda em ficar com a de Geografia do Brasil. Não temos [para] Geographia do Brasil pessoas de maior competência.” Arquivo Gustavo Capanema, GC g 1936.01.18.

Por outro lado, setores católicos ligados ao Centro Dom Vital, Alceu de Amoroso Lima e antigos integralistas ganharam relevo na indicação de nomes. A direção de FNFi foi entregue a San Tiago Dantas e a cátedra de “História do Brasil” que no contexto do Estado Novo deveria desempenhar um papel chave na formação dos futuros professores secundários, foi entregue a Hélio Vianna (1908-1972). O arquivo Capanema mostra um grande número de indicados para o posto, dentre eles, Oliveira Viana. Entretanto, por motivos pouco claros, não lograram sucesso, recaindo a escolha final no mineiro Hélio Vianna.

Quem era Hélio Vianna? Quais eram as bases de sua indicação para o posto? Nascido em Belo Horizonte, em 1908; bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro em 1932; em 1939 foi nomeado catedrático interino, com 31 anos de idade. Diferente de seus colegas que já tinham alguma inserção acadêmica, ou porque foram assistentes na UDF, ou porque eram nomes já reconhecidos – professores de Colégio Pedro II, membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro –, Hélio Vianna até então estava fora desse circuito. Sua referência era ter sido integralista, funcionário do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e lecionar no colégio Jacobina.

Hélio Vianna, ao que tudo indica, era ligado ao grupo católico, uma vez que até o ano de sua nomeação para a Faculdade Nacional de Filosofia possuía artigos publicados em “A ordem”, revista ligada ao Centro Dom Vital, que tinha por diretor Alceu de Amoroso Lima. O próprio Alceu envia para o ministro Gustavo Capanema um currículo de Hélio Vianna, propondo-o para catedrático de “História da América”.⁶ Não se consegue saber exatamente porque acabou obtendo a cátedra de “História do Brasil” Além do reconhecimento do grupo católico, Hélio Vianna teve vários de seus textos, a partir de 1935, irradiados na Hora do Brasil, programa radiofônico produzido pelo Departamento Nacional de Propaganda (DNP).

A cátedra de “História da América” também foi ocupada, por um nome pouco conhecido nos meios intelectuais até então, Sílvio Julio de Albuquerque Lima (1895-1984). Nascido em Recife, Pernambuco, estudou no Colégio Militar no Rio de Janeiro e formou-se em Direito em 1918 pela universidade do Rio Grande do Sul. Exerceu uma intensa atividade jornalística e, na ocasião, trabalhava no setor de censura do Ministério da Educação. Na consulta ao Arquivo de Capanema, não fica claro como exatamente conquistou o posto, pois seu nome não circulava nas listas de pedidos feitas por Alceu de Amoroso Lima ou outras lideranças católicas.

⁶ Arquivo Gustavo Capanema, GC g 1936.01.18.

A partir dos dados pesquisados, podemos chegar a algumas considerações sobre a institucionalização dos cursos universitários de história na cidade do Rio de Janeiro. Em primeiro lugar, verificamos que o curso de História na UDF (1935-1939) pautou-se numa concepção de História centrada na defesa de uma História social da civilização em oposição à uma História política nacional de exaltação dos grandes personagens. Devemos acrescentar ainda que os professores de História da UDF representaram uma primeira geração de profissionais universitários, que estavam empenhados em formar alunos comprometidos, ao mesmo tempo, com o ensino e a pesquisa.

Em segundo lugar, é possível levantar a hipótese de que a institucionalização do curso de História no Rio de Janeiro na FNFi foi fortemente influenciada por uma concepção de História onde prevalecia uma História política destinada a reforçar os laços da identidade brasileira através do fortalecimento da unidade nacional, e do papel dos grandes heróis como construtores da Nação. Diferentemente da minha hipótese inicial apresentada em outro texto⁷, o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro teve pouca participação na indicação de nomes, tanto no caso da UDF, como mencionado, como para a FNFi. Pode-se notar também que entre as conturbações políticas e os embates acadêmicos forjou-se um modelo de curso universitário de História que privilegiava a formação de profissionais do ensino secundário desvinculados da produção do saber histórico.

⁷ Notas sobre a institucionalização do ensino de História no Rio de Janeiro IN GUIMARÃES, Manoel Salgado. *Estudos sobre a escrita da História*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2007. pp. 139-161.